

2 Perfilando a comunidade quilombola de Volta Miúda

Raíssa Félix

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FÉLIX, R. Perfilando a comunidade quilombola de Volta Miúda. In: *Volta miúda: quilombo, memória e emancipação* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2020, pp. 35-46. Transfluência series. ISBN: 978-65-86213-14-0. <https://doi.org/10.7476/9786586213317.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

2

Perfilando a comunidade quilombola de Volta Miúda

A Comunidade Quilombola de Volta Miúda está localizada no Extremo Sul da Bahia, no município de Caravelas, que possui população estimada em 22.093 (vinte e duas mil e noventa e três) pessoas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ano de referência 2020 (BRASIL, 2020a). Além de Volta Miúda, o município possui outras duas comunidades reconhecidas como “remanescentes quilombolas”, pela Fundação Cultural Palmares, Naiá e Mutum. Conforme o censo de 2010, a população negra é marcante no município, os negros (pretos e pardos) estão em maioria numérica, aproximadamente 84% (oitenta e quatro por cento) da população do município (BRASIL, 2010), sendo que, atualmente, 47,2% (quarenta e sete vírgula dois por cento) da população total reside na zona rural (BRASIL, 2020a).

Os indicadores demográficos são explicados pela origem histórica da região. Em 25 de novembro de 1808, Dom

João VI publicou Decreto permitindo a concessão de terras aos estrangeiros residentes no Brasil, como estratégia de povoamento e defesa, por meio da formação de colônias agrícolas, com incentivos à imigração. A Colônia Leopoldina foi a primeira a ser fundada na Bahia, em 1818, em Villa Viçosa, por colonos alemães e suíços.

A Colônia Leopoldina ficava situada no município de Vila Viçosa, atual Nova Viçosa, pertencente à comarca de Caravelas, no Extremo Sul da Bahia. A freguesia de Nova Viçosa foi criada em 1720, na foz do rio Peruípe, com o nome de Arraial de Campinho do Peruípe, para abrigar portugueses e índios catequizados. Foi elevada à categoria de Vila em 1768, com o nome de Vila Viçosa, e mais tarde, em 1775, ao nível de município, em território desmembrado de Caravelas. (CARMO, 2010, p. 15).

O regime escravista estava presente em toda a Colônia Leopoldina, cujas fazendas utilizavam a mão de obra escravizada africana e seus descendentes para o cultivo das terras, especialmente o café, à margem do Rio Peruípe, chegando à seguinte proporção:

Apenas uma propriedade familiar possuía mais de cem escravos em 1840: os irmãos Ernesto e Francisco Krull. Além dos irmãos Krull, os maiores proprietários de escravos na época eram João Martinho Flach, com 96 cativos, e Augusto de Coffrane, com 70. Grande parte deles (19 proprietários), apesar de não contar com um vasto número de trabalhadores à sua disposição, tinha uma posse considerada grande, acima de 20 escravos; 15 lavradores tinham uma posse média, entre 5 e 19 escravos. A média de escravos por lavrador era alta: 18,5, mas certamente não representava a realidade de todos os proprietários. (CARMO, 2010, p. 41).

A proibição do tráfico de africanos escravizados deu-se em 1850, por meio da Lei n.º 581, e contribuiu a que a procriação e, até, formação de famílias entre escravos fosse incentivada (CARMO, 2010, p. 31) pelos colonos. Volta Miúda possui uma relação íntima com outras comunidades além das citadas, como os quilombos de Helvécia, Rio do Sul e Cândido Mariano, pertencentes ao município de Nova Viçosa, presentes nas narrativas em que se estendem as relações sociais e familiares.

Volta Miúda era o nome dado a uma das fazendas da Colônia Leopoldina, de propriedade de Luiz de Jouffroy, já em funcionamento em 1840 e que, entre 1860 e 1888, contava com quarenta e nove escravos (CARMO, 2010, p. 104-128). Declarada a abolição, ante a falta de perspectivas dos libertos, alguns permaneceram na região da ex-colônia Leopoldina, outros, foram alforriados no período de iminência da abolição, e, excepcionalmente, contaram com o auxílio dos senhores para a vida em liberdade. Como foi o caso de pessoas citadas por Carmo:

Floriano, Cecília, Paolo, Luis Pombal, Aninha, Benedito Pombal, Theodoro, Delfina, Alexandro, Conrado, Mariana, Serafim, Roza, Aleixo, Ermelinda, Bibiana e seus três ingênuos, Alexandrina e seus dois ingênuos, e Sophia com seu filho recém nascido. Todos eles foram libertos por Augusto Beguim em 1881, e após o fim do inventário deste senhor em 1888, cada um recebeu 176\$444 mil reis. (CARMO, 2010, p. 81).

Manoel, Joaquina, Josefa são outros nomes de escravizados que aparecem nos registros do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), na seção Judiciária, nos *Inventários*

3. Em dissertação apresentada ao curso de mestrado em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, intitulada "Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina (1850-1888)", no ano de 2010.

das posses e propriedades dos colonizadores e *Processos crime*, analisados por Alane Fraga Carmo³ (2010). Nomes que se repetem nos diálogos com negras e negros, anciãs e anciãos, do quilombo de Volta Miúda, e que também se chamam Manoel, Joaquina, Josefa, Cecília, Benedito, Delfina, Serafim e Aleixo, uma possível referência aos ancestrais que ali viveram.

As vivências de/em Volta Miúda evocam sentidos particulares de vida, que dissonam dos princípios da política colonial-moderno-capitalista que engendram os caminhos da mercadoria. Compartilhar as experiências é participar e, ao mesmo tempo, promover a humanização dos sujeitos imbricados na relação dialógica. Domingos Serafim fala sobre esta dimensão da oralidade informando também que a preservação particular do seu bom humor é um dos aspectos que lhe garantem a vida: "Tenho meu respeito com qualquer um, mas também se a gente não fizer graças morre à toa, viu?" (9 de junho de 2018). A escuta edificante necessita do desprendimento de conceitos prévios, não apenas em relação aos sujeitos em questão, mas às pré-concepções sobre os significados da vida.

A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. **Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados.** Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, inicia-

ção à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial. (HAMPÂTÉ BÂ , 2010, p. 169, grifos meus).

Memória e presente, lembrança e vida são indissociáveis. Integrar-se à Volta Miúda exige um processo de desconstrução do ouvinte/leitor e da sua abertura à compreensão de mundo pautada em princípios que desprivilegiam o capital, o acúmulo de riquezas, a produtividade do ser, a velocidade, a privacidade como dogma absoluto, os critérios hierárquicos da sociedade moderna. Ao finalizar suas ponderações acerca da tradição viva, Hampâté Bâ cita Tiamo Bokar, o sábio Bandiagara, “a África dos velhos iniciados avisa ao jovem pesquisador: ‘Se queres saber quem sou, / Se queres que te ensine o que sei, / Deixa um pouco de ser o que tu és/ E esquece o que sabes’” (HAMPÂTÉ BÂ , 2010, p. 214). Acessar as memórias, experiências e histórias da comunidade exige a criação de pontes para que este encontro seja possível, sendo a principal manter-se sensível, a fim de que, no processo de desfazimento do ser que escuta, perceba-se a amálgama que conforma o ser e o mundo, o sentimento e a vida, o indivíduo e a comunidade, passado e presente como intercâmbio contínuo e indissociável da substância humana.

Este exercício se coaduna com o alerta enunciado no âmbito das discussões teóricas sobre a colonialidade enquanto violência epistêmica. Conceber ciência a partir da oralidade, ou melhor, compreender que a oralidade é ciência, fá-la instrumento de combate às opressões e desigualdades – interpretadas pela lógica colonialista como sinônimos de desenvolvimento. As subalternidades, individualidades que,

pelo modo particular de sentir e viver, têm sua humanidade negligenciada pelo poder estabelecido, são escarificadas quando lhe vetam a continuidade e o exercício de suas idiosincrasias. A colonialidade é um sistema de práticas e princípios que, na manifestação da inépcia do sistema político que a sustém, reduz experiências externas ao limite da sua própria estupidez, por, pelo menos dois motivos possíveis, não as compreender ou por reconhecer o potencial político libertário da sua razão coexistencial.

O fazer científico que não se coloca à disposição das sociedades democráticas, cooperativas e fraternais com economias naturais, harmoniosas e viáveis, é vassalo das “sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas” (CÉSAIRE, 1978, p. 25). Colocar-se à disposição daquelas sociedades, descolonizar, de acordo com Maria Paula Meneses, implica

abrir espacio a otros saberes secuestrados, condición para ampliar el rescate de la historia, democratizándola (Meneses, 2014). Los abordajes contextuales, los saberes em red, confluyen para ampliar el saber acerca del mundo a partir de las comunidades y para las comunidades, superando la objetificación y subalternización del otro/de la otra. Estas experiencias que se distancian de la construcción objetificada del saber (la colonialidade del saber, de la que habla Quijano, 2000), acentúan la importancia de la producción de saberes de forma dialógica y autorreflexiva, basadas en prácticas concretas. (MENESES, 2016, p. 17).

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 30-31) prolatou o conceito de linhas abissais como marcos invisíveis que condicionam individualidades não hegemônicas a um limbo existencial, capitaneado pelo direito e conhecimento modernos, que só pode ser rompido com o processo de crítica e desconstrução dos parâmetros sociais naturalizados. Importante observar que a linha impõe a naturalização das práticas sociais e, mesmo no curso de conquistas, quando o processo impactante é ignorado, projeta-se o estado atual como inicial de forma a incorporar-se à conquista, desmobilizando a memória das lutas. Prejudica-se o processo de reconhecimento no (e do) percurso à conquista.

Ultrapassar o ponto abismal significa, portanto, refletir sobre a razão e estado a *quo*, compreendendo-o numa perspectiva cosmológica, assim como o processo de descolonização e emancipação, como um todo indissociável social e historicamente. A resiliência das subalternidades se dá pela consciência viva da sua ancestralidade coexistente ao fecundo processo de transformação, que absorve os influxos do meio, sem modificar sua essência, na verdade, reconfigurando-se para possibilitar a continuidade - processo de ressignificação que Antônio Bispo (2015, p. 95) refere-se na sua análise sobre as denominações dos povos contra colonizadores. Para ir além dos estigmas, o caminho metodológico da história oral adequou-se à busca de conhecer quem são os sujeitos de Volta Miúda, os traços culturais afrodescendentes que os conformam, assim como os marcos que são, para eles, significativos para a compreensão de si mesmos e da história da comunidade.

No mês de março de 2018, encontrei-me, em Teixeira de Freitas, com o presidente da Associação de Produtores Remanescentes Quilombolas de Volta Miúda - Caravelas/BA (APR-VM), Fábio Pinheiro Leocádio, que me orientou o caminho até a comunidade: “Vai direto em Maria Mil Réis, lá na frente é só virar à esquerda”. E fui. Acompanhada por minha mãe, uma Maria que se chama “Cal”, minha genitora que, quando pequena, me ensinou (e ensina) o que há de mais precioso no mundo: sentir.

A primeira impressão sobre a comunidade - composta por cerca de 120 famílias, como me informara o presidente da Associação - ratificava o que ouvira em manifestações nas ruas, nas conversas entre a militância, a Volta Miúda estava escondida num caminho que se alongava, tristemente, pela paisagem: campos cobertos de eucalipto, onde se variava apenas a etapa do plantio.

Lá na frente, após algumas curvas e duas ladeiras em estrada de chão, encontramos casas e a Escola Municipal Dr. Sócrates Ramos. Minha primeira parada. Chegar, me apresentar, falar sobre a motivação da visita, explicar os objetivos: esses foram os passos iniciais que tomei para estabelecer contatos em Volta Miúda. No primeiro dia, cheguei pouco antes do término da aula, a professora B. (E. M. do V.) terminava de aplicar a lição a uma das duas turmas multisseriadas da escola e após, recebeu-me amistosamente. Ela era responsável por ensinar os 15 estudantes do primeiro e segundo anos, - visto que não havia estudantes matriculados no terceiro ano -, e o professor J. F. F, na outra sala, aos 13 estudantes do quarto e quinto anos - perfazendo um total de 28 crianças, com faixa etária dos 4 aos 13 anos - esta turma passou a ser acompanhada pela professora L. R. P.



A escola está vinculada à Escola Municipal Princesa Iza-bel – título, no mínimo controverso –, que funciona no distrito de Juerana, aproveitando-lhe toda a estrutura administrativa, inclusive Plano Político Pedagógico, de forma que inexistente uma educação escolar quilombola⁴. Além dos dois professores, a unidade contava com uma auxiliar de serviços gerais, A. P. A. S., que é da comunidade e reclamou sobre a falta de emprego, que acaba expulsando os moradores da localidade cercada por plantios de Eucalipto.

1 – Estrada que leva à Comunidade Quilombola de Volta Miúda (2019).

4. Também realizei um estudo sobre os livros paradidáticos de História utilizados na Escola de Volta Miúda, formatado no trabalho intitulado “Livro didático e o ensino de história: perspectivas de (des)colonização na comunidade quilombola de Volta Miúda”, apresentado no Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – Seção Bahia (ANPUH-BR), em 2018 (FÉLIX, 2018).



2 – Escola Municipal
Dr. Sócrates Ramos
em Volta Miúda
(2019).

Este percurso e as primeiras escutas em Volta Miúda ratificavam a importância da empreitada. Um trabalho em prol de uma Educação e sensibilização social voltada à rememoração histórico-cultural das negras e dos negros e seus descendentes que conceberam a prosperidade deste Extremo Sul baiano, projetado para reverberar as histórias de resistência, luta e liberdade e para fomentar a postura de resistência aos discursos políticos, históricos e educacionais dominantes. Pois, concordando com Munanga (2015, p. 31), “a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua, a territorialidade etc”, e, se “as ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram”, batalharemos para que o nosso povo não seja um povo de uma história única.

A professora B. me apresentou àquele que viria a ser o meu primeiro entrevistado, Manoel Reis, e citou outros moradores com quem também poderia conversar. O encontramos em casa, mão na cintura, voz macia e firme, um homem de 71 anos que se apresenta como “Manoel de Delfina”, esta, sua mãe. Ao lhe explicar o que fazia ali, Seu Manoel me disse instantaneamente: “Minha bisavó era dos escravos; minha mãe nasceu da minha avó Joaquina no dia em que libertaram os escravos”.

Após visitas à escola, conversas com funcionários e estudantes, segui até Volta Miúda no dia 12 de abril de 2018, com a missão de reencontrar com Seu Manoel e estabelecer novos contatos. E, assim, depois de conhecer Zelita, sua esposa, fui batendo à porta de Berta e Cassemiro, Domingos Serafim, Miúda, Santinho... Nesses encontros, chamou-me atenção o diálogo inicial com as mulheres que foi, geralmente, precedido de falas como “eu não sei falar”, “eu não sou boa nisso”, “meu marido [ou irmão ou cunhado] é melhor para falar com você”. À primeira vista, o conjunto de falas e comportamentos me pareceu timidez, baixa autoestima e/ou resultantes de uma cultura/organização patriarcal - talvez não haja resposta, ou talvez a resposta não seja apenas uma. Aos poucos, procurei destituir a imagem de forasteira (que temia ser lida com autoridade) e, sentada no terreiro, bebendo café, ralando coco ou participando do fazimento da farinha, fui apresentada a personalidades fortes. Como me diria Dona Berta (77 anos) horas de conversa depois desse primeiro encontro, *“ai dos homi se não fosse as muié”*.

Dona Brasília (85 anos), excepcionalmente, mostrou-se desde o início aberta ao diálogo e compartilhamento das

suas memórias, um misto de jovialidade e sensibilidade política que me alerta: “a gente pensa que não acaba, mas acaba sim”, disse ela depois de compreender o objetivo e atribuir importância ao meu trabalho de ausculta e produção de um livro com seu perfil. Aos poucos, Dona Brasília vai reproduzindo danças e cantos, desprendida da minha presença. Se inicialmente cheguei à Volta Miúda para aprender sobre história, cultura ou qualquer outro fato/ciência, a trajetória se desenvolveu, sobretudo, num exercício regressivo e aprendo sobre sentimento e percepção. Conhecer essas pessoas humaniza... “O importante é ser feliz, né?”, sigo o caminho refletindo e Dona Zelita, mesmo sem saber, faz-me agradecer, silenciosamente.

Ao ver a mim como sintomática do mundo, num processo libertário - não introspectivo ou egoísta - me encontrei, calei a voz latente de um domínio simbólico que se protraí na destituição da independência, autonomia e autoconfiança dos sujeitos. Não se tratava de uma aventura ou desafio, mas da responsabilidade de contribuir, na prática, para a realização de uma dignidade que o meu discurso emanava. Fui aprendendo que a soma dos afetos que estabeleci com as pessoas que conheci, daqueles que eles conheceram e dos seus conhecidos, e dos descendentes que ainda virão, era o que dotava a alma deste livro de uma singularidade intocável. Fiz-me, então, um elo.